

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A INCLUSÃO: A REALIDADE DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MESORREGIÃO SUDESTE DO PARANÁ

Rosane Martins ¹
Claudia Maria Petchak ²

RESUMO

O presente resumo descreve a pesquisa em andamento sobre a educação inclusiva na etapa da alfabetização e as políticas públicas existente no âmbito educacional para a inclusão, busca analisar a realidade de matrículas de alunos de educação especial nas escolas públicas de educação básica, visto que historicamente, a educação especial caminhou por períodos como: exclusão, segregação, integração e inclusão, períodos estes marcantes para a sociedade que continuam lutando através de leis e políticas públicas na garantia efetiva da inclusão nos ambientes sociais. Neste viés, nossa indagação é: as políticas públicas para alfabetização na mesorregião do Paraná têm se consolidado na perspectiva inclusiva? Diante dessa questão problemática, nosso objetivo é investigar a realidade de matrículas escolares de alunos inclusos na etapa de alfabetização nos anos iniciais, nos municípios que compreendem a Mesorregião Sudeste do Paraná, a partir de 2017, a fim evidenciar o direito à educação a todos. A metodologia será quanti-qualitativa e exploratória, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e a análise dos dados que terá como método a análise de conteúdo. Pretende-se, com essa pesquisa a constituição de uma reflexão crítica sobre a enfatização de políticas públicas educacionais para a inclusão, denunciando as fragilidades e anunciando as potencialidades e disseminação desse trabalho.

Palavras-chave: Inclusão, Políticas Públicas, Alfabetização, Matrícula.

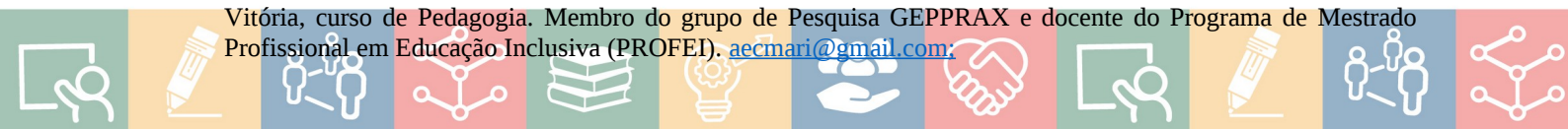
INTRODUÇÃO

A presente artigo faz parte da pesquisa em andamento do programa de iniciação científica (PIBIC) financiada pela Fundação Araucária, tem como enfoque a educação inclusiva na etapa da alfabetização e as políticas públicas existente no âmbito educacional para a inclusão.

Nesse viés, esse artigo procura investigar se as políticas públicas para alfabetização na mesorregião do Paraná têm se consolidado na perspectiva inclusiva, cujo objetivo é investigar a realidade de matrículas de alunos inclusos na etapa de alfabetização nos anos iniciais, nos

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, rosanemartins102@gmail.com;

² Doutora em educação (UEPG), professora adjunta da Universidade Estadual do Paraná, Campus de União da Vitória, curso de Pedagogia. Membro do grupo de Pesquisa GEPPRAX e docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI). aecmari@gmail.com;



municípios que compreendem a Mesorregião Sudeste do Paraná, a partir de 2017, a fim de problematizar questões que envolvem o direito à educação.

A metodologia será quanti-qualitativa e exploratória, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e a análise dos dados que terá como método a análise de conteúdo. Pretende-se, com essa pesquisa, a constituição de uma reflexão crítica sobre a ênfase de políticas públicas educacionais para a inclusão, denunciando as fragilidades e anunciando as potencialidades e disseminação desse trabalho.

METODOLOGIA

Esta investigação pontuará dados exploratórios, descritivos e analíticos do objeto de estudo, que permite a compreensão do fenômeno, sem ter o foco de gerar dados de quantificação ou experimentos, mas, contribuir com a compreensão da amplitude do objeto estudado, qual seja, o direito de alunos na fase de alfabetização estarem em sala de aula nos anos iniciais. Quando apresentamos tal questão, salientamos que essa não envolve apenas os alunos estarem na escola e sim permanecerem aprendendo, o que pressupõe toda a gama de condições para tal.

O procedimento metodológico será a pesquisa bibliográfica, a qual terá dois momentos: primeiro, o aprofundamento da temática Políticas públicas educacionais, inclusão e alfabetização, à luz de autores que tratam do tema, a destacar Secchi, (2019), Cury (2008), Mantoan (2003), kassar (2011). O segundo momento da pesquisa far-se-á mediante a modalidade de estudo de “multicasos”, isto é, incidir em “estudar dois ou mais sujeitos, organizações, etc.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 136), com a intencionalidade de interpretar e conhecer um raio mais amplo do contexto social formado pelos municípios que compõem a mesorregião do sudeste paranaense: Irati, Porto Vitória, União da Vitória, Prudentópolis, São Mateus, Imbituva, Cruz Machado, Bituruna, Rio Azul, Ipiranga, São João do Triunfo, Rebouças, Ivaí, General Carneiro, Mallet, Teixeira Soares, Guamiranga, Antônio Olinto, Paulo Frontin, Paula Freitas e Fernandes Pinheiro. Neste sentido, para conhecer o objeto estudado, será realizada uma análise documental que “se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE; ANDRÉ, 2018, p. 45). Em específico, para a presente investigação, será realizado um tratamento analítico a partir de dados do Censo Escolar, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),



Indicadores de avaliações externas, Secretarias Municipais de Educação, com início em 2017, a partir das aprovações das Base Nacional Comum Curricular.

A realização do estudo em documentos, corresponde a um procedimento feito em duas etapas, no qual primeiro se tem a coleta dos documentos e no outro momento a análise do conteúdo. Posteriormente, serão feitos o mapeamento, catalogação e a prática de leitura e interpretação do conteúdo presente nos documentos, por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011), que constitui na análise com base na interpretação criteriosa, cuidadosa e rigorosa das informações encontradas nos documentos, que se organiza em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 2016). A partir dessas etapas, a pesquisa será sistematizada em artigos científicos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade brasileira historicamente, vem sendo constituída de desigualdades sociais de segregações e exclusões de indivíduos que ficam à margem. Desigualdades essas marcante e evidente em vários fatores sociais, de pessoas que lutam por direitos básicos para sobreviver como: moradia, alimentação, saúde, acesso à educação, elementos esses que notavelmente são desiguais, pois para muitos são obstáculos e não conseguem ter acesso a esses direitos essenciais. Assim sendo, cabe ao Estado suprir essas carências e diminuir as desigualdades por meio do suporte com as Políticas Públicas.

O apelo será para que o Estado seja equitativo na função de alocar recursos para solucionar os problemas da sociedade, que as políticas públicas sejam distributivas; que diante das desigualdades o Estado implemente como solução políticas compensatórias para os mais desiguais (ARROYO, 2010, p. 1388).

Diante de tantas desigualdades, refletimos quais ações são necessárias para que o Estado seja de fato equitativo nas distribuições de recursos e solucione os problemas sociais?

Para tanto é necessário compreendermos e conceituamos etimologicamente as palavras Políticas Públicas. A palavra política é originária do grego politikós (de polis), que se refere à cidade, portanto política é a ciência de governar, diz respeito ao exercício do poder em um determinado território ao ato de legislar e gerenciar os recursos comuns. (Silva, 2018). A palavra pública é relativa à população, povo ou coletividade (DICIONÁRIO MICHAELIS 2024).



Portanto as Políticas Públicas correspondem a ações e programas de responsabilidade do Governo, que visam recursos e melhorias na qualidade de vida dos cidadãos. De acordo com Lopes, Amaral e Caldas (2008, p. 5) “as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”. Ou seja, as Políticas Públicas existem para cumprimento de objetivos, distribuição de recursos e implementação de ações e programas que beneficiam o público, de acordo com a demanda estabelecida pela sociedade.

Desta forma o estado visa garantir os direitos básicos de cada cidadão estabelecido na legislação brasileira em várias áreas como saúde, segurança, educação entre outros. Entretanto os investimentos nessas áreas variam de acordo com a centralidade de cada governo, ou seja, na forma de gerenciar e na distribuição de recursos em determinada área em que constantemente ocorre mudanças com novos governos, algumas com retrocessos outras com avanços.

Portanto a tomada de decisões nas políticas sociais precisa ocorrer de forma democrática com a participação da sociedade, cuja participação interfere na efetivação de políticas que acontecem através do ciclo de políticas públicas que passam por três poderes estatais: o Legislativo, Executivo e Judiciário.

O Poder Legislativo e/ou o Executivo podem propor políticas públicas. O Legislativo cria as leis referentes a uma determinada política pública e o Executivo é o responsável pelo planejamento de ação e pela aplicação da medida. Já o Judiciário faz o controle da lei criada e confirma se ela é adequada para cumprir o objetivo (LIMA; NUNES; BES 2018, p. 16).

Esses três poderes possuem a responsabilidade estatal, visando suprir demandas sociais. que se efetivam em políticas públicas através do ciclo, compreendida como esquema interpretativo derivado da teoria dos sistemas que organiza a vida de uma política pública nas seguintes fases principais: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção da política pública (SECCHI, 2013).

Nesse viés, a sociedade pode e deve participar da elaboração de políticas, levando em consideração as demandas sociais, buscando importância e melhorias por parte do governo, por vez acaba por ter uma administração governamental descontinuada como na área da educação que muitas vezes não é valorizada com grandes investimentos. Cury (2008) aponta a longa caminhada de embates e disputas para a criação de uma legislação pública a chegar a se concretizar, evidencia que não há prioridade em alguns governos em diversas áreas



essenciais como educação, que muitas das vezes acabam por não se efetivar as políticas planejadas com as mudanças de governo.

Ressaltamos nesse trabalho as políticas públicas educacionais no Brasil, entendidas como ações, programas, investimentos do governo destinados unicamente aos sistemas de ensino, suprimindo as demandas da educação. Na concepção de Saviani (2008) a política educacional diz respeito às decisões que o poder público, o Estado, toma em relação à educação. Enfatiza sobre os limites e as perspectivas da Política Educacional brasileira que implica no alcance das medidas educacionais tomadas pelo Estado.

Desta forma Lima, Nunes e Bes (2018) salientam a importância das políticas educacionais, a qual interfere no cotidiano da comunidade escolar, no sucesso ou fracasso escolar, pois as políticas educacionais, norteiam o sistema educacional, na organização e no funcionamento. Diante disso, o que garante o acesso à educação?

A escola é um lugar para todos e precisa ser pensada e direcionada para todos com dignidade, igualdade, equidade e de qualidade respeitando a diversidade e valorização dos sujeitos, para isso se faz necessário políticas educacionais comprometidas com a educação, investimentos para todos os campos educacionais. Ressaltamos um avanço com a promulgação do direito de todos a educação pela principal legislação brasileira que rege o país, a Constituição Federal de 1988, a qual constatou o direito de todos os cidadãos a educação sob garantia e permanência do Estado, conforme o Artigo 205 : “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

O acesso e a garantia à educação é um direito conquistado através de muitos embates por defensores que continuam atualmente lutando e cobrando pelo direito universal, na defesa de crianças cujo direito esteja sendo negligenciado, enfatizando que “[...] a educação como direito e sua efetivação em práticas sociais se convertem em instrumento de redução das desigualdades” (CURY, 2002, p. 261). Portanto a escola constitui-se em um espaço heterogêneo, que recebe uma diversidade de culturas e todos precisam ter os mesmos direitos, é necessário quebrar preconceitos, estereótipos e discriminações existentes, a escola é para todos independente das especificidades.

Considerando que o processo de inclusão escolar consiste em um processo de constante discussão entre políticas e o reflexo nas suas práticas articuladas a diversas questões, pois cada vez mais se faz necessário o apoio e suporte para que a inclusão seja condizente na realidade escolar (SILVA; FREITAS; PRADO, 2022).



De acordo com Mantoan (2003, p. 20) “a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora”. A escola inclusiva é aquela em que respeita a diversidade e especificidade de cada um e transmite o conhecimento a todos com eficiência, enfatiza as potencialidades dos alunos e não suas limitações, garantindo a sua matrícula por direito no ensino regular. Contudo existem barreiras que vem impossibilitando a inclusão de alunos públicos de educação especial, barreiras: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

Sassaki (2006) explica que as barreiras arquitetônicas são a falta acessibilidade nos aspectos físicos nas escolas, casa e edifícios, como falta de rampa, elevadores, piso tátil, banheiros acessíveis. A barreira comunicacional possibilita interação com a linguagem através do braile, libras, ampliação, áudio etc. A metodológica são as metodologias da escola e professor através do currículo e planejamento flexível. Na instrumental, proporciona aos alunos instrumentos e materiais acessivos que facilitam a aprendizagem como lupas, teclados, tecnologia assertiva etc. A programática é a legislação, a criação de políticas públicas, proporcionando espaços mais inclusivos para todos. E por fim a barreira atitudinal, a primeira em que parte de cada indivíduo da sociedade, é quebra de preconceitos, estereótipos e discriminações através da tomada de atitudes e decisões.

A inclusão vem caminhando lentamente no sistema educacional brasileiro com avanços e retrocessos, em diversos fatores como implementação de políticas públicas. Atualmente ainda existem barreiras enfrentadas diariamente nos espaços da sociedade e escolares, por essas barreiras, “os alunos que migram das escolas comuns para os serviços de educação especial muito raramente se deslocam para os menos segregados e, também raramente, retornam/ingressam às salas de aula do ensino regular” (MANTOAN, 2003, p. 15).

Um grande retrocesso quando alunos migram das escolas comum de educação básica por não serem inclusiva, para instituições especializadas como a Associação de Pais e Excepcionais (APAE). Reconhecemos o trabalho dessas instituições especializadas que trabalham de forma filantrópica, assistencialista nas limitações dos alunos, porém os alunos com deficiência se privam do direito a educação, a alfabetização no ensino regular, no acesso ao conhecimento cultural e social.

Portanto se faz necessário políticas públicas que invistam em todos os campos para ocorrem a inclusão. Lutamos para que a educação seja inclusiva, garantindo que todos ocupem os espaços da sociedade exercendo seus direitos de forma justa e equitativa, que sejam quebradas as barreiras existentes, salientamos que não envolve apenas os alunos



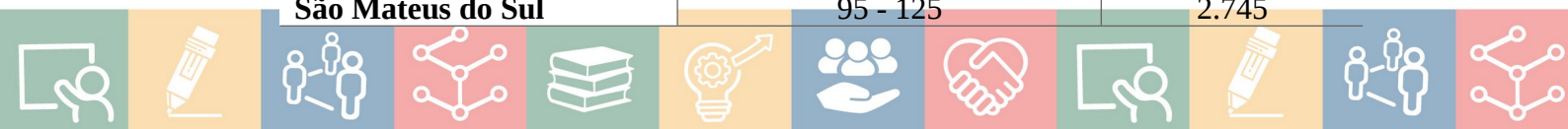
estarem na escola e sim permanecerem aprendendo, o que pressupõe toda a gama de condições para tal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos foram coletados no site do governo INEP e pela Estatística do Censo Escolar da Educação Básica, primeiramente coletado o total de matrículas dos anos iniciais no ano de 2023 posteriormente o total de matrículas de alunos público-alvo da educação especial em um recorte temporal de 2017 a 2023 das 21 cidades da mesorregião sudeste do Paraná.

Tabela 1: Total de matrículas de aluno da Educação Especial Inclusiva na Rede Pública - Anos Iniciais – Ensino Fundamental da Mesorregião Sudeste do Paraná de 2017 a 2023.

Cidades da mesorregião sudeste do paraná	Total de matrículas – anos iniciais- Ensino Fundamental da educação especial 2017 a 2023	Total de matrículas – anos iniciais de 2023
Ant�nio Olinto	11 - 10	469
Bituruna	46 - 19	1.201
Cruz machado	89 - 35	1.111
Fernandes Pinheiro	17 - 6	384
General Carneiro	26 - 19	826
Guamiranga	4 - 8	473
Imbituva	91 - 42	2.249
Ipiranga	74 - 46	886
Irati	67 - 94	3.609
Ivaí	25 - 19	851
Mallet	21 - 20	714
Paula Freitas	22 - 8	363
Paulo Frontin	69 - 25	413
Porto Vitória	14 - 12	282
Prudentópolis	64 - 66	2.910
Rebouças	89 - 58	1.005
Rio Azul	14 - 33	899
São Mateus do Sul	95 - 125	2.745



São João do Triunfo	55 - 20	810
Teixeira Soares	41 - 24	672
União da Vitória	58 - 77	3.115
	Total: 2017: 992 2023: 766	Total: 25. 987

Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

Os resultados revelam a redução do número de matrículas no ensino regular anos iniciais no ensino fundamental na etapa de alfabetização para educação especial inclusiva no total de 992 para 766 matriculadas os resultados são alarmante e demonstraram um retrocesso visto que 15 das 21 cidades da mesorregião sudeste do paraná: Ant nio Olinto; Bituruna; Cruz machado; Fernandes Pinheiro; General carneiro; Imbituva; Ipiranga; Ivaí; Mallet; Paula Freitas; Paulo Frontin; Porto Vitória; Rebouças; São João do Triunfo e Teixeira Soares, demonstraram redução significativa no número de alunos matriculados nas escolas de educação básica nos anos iniciais do ensino fundamenta. Somente 6 cidades: Guamiranga; Irati; Prudentópolis, Rio Azul; São Mateus do sul e União da Vitória obtiveram um avanço do número de matrículas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma sociedade inclusiva é aquela em que faz jus dos direitos dos cidadãos de forma igualitária e equitativa a todos, principalmente na educação. Ressaltando que a educação é um direito constitucional garantido, sem distinção ou discriminação por g nero,  tnia, religião ou deficiência, conforme a legislação brasileira que regem o país, todos possuem o direito de realizar a matrícula e ter acesso a escola, um lugar de conhecimento cultural e social, que possibilita serem alfabetizados e para além serem emancipados.

Portanto a escola como lócus de produção de conhecimento, a qual possibilita a interação social e formação sólida dos cidadãos atuantes na sociedade de forma emancipatória e críticos, exige acessibilidade, quebra de barreiras e investimento prioritários na educação para que haja inclusão, a dignidade e diminuição das desigualdades sociais. Nesse sentido se faz necessário políticas públicas para cumprimento de objetivos, distribuições de recursos e implementação de ações e programas que beneficiam o público como a área da alfabetização na educação inclusiva. Visto que a inclusão focaliza na garantia, permanência e acessibilidade de todos a educação como direito, promovendo o respeito à diversidade.



Atualmente ainda existem barreiras principalmente a arquitetônicas e atitudinais enfrentadas diariamente nos espaços da sociedade e escolares que precisam extinguir para as pessoas de direito, por isso a relevâncias da sociedade estar cada vez mais presentes em debates políticos como em votações, reuniões, buscar conhecimento dos poderes estatais, sobre os processos para a criação de políticas públicas para cobranças e efetivação para caminhamos para uma educação seja cada vez mais inclusiva e uma sociedade menos desigual.

Os resultados da pesquisa mostraram um grande retrocesso com a diminuição de matrículas dos alunos de educação especial inclusiva em 15 cidades do Paraná. Reverberamos que não envolve apenas os alunos estarem na escola e sim permanecerem aprendendo, o que pressupõe toda a gama de condições para tal, como formações para os professores, multiprofissionais na área de educação inclusiva, recursos, materiais para o atendimento educacional especializado AEE entre outros que são fundamentais, por vez essas barreiras e falta de políticas públicas direcionados a educação inclusiva nas escolas principalmente na etapa de alfabetização acontece a diminuição de matrículas da educação regular dos alunos de educação especial que migram para instituições especializadas como APAE tornando segregacionistas onde esse alunos ficam isolados privando do direito e acesso à educação e de conviver com a diversidade com a linguagem social, uma enorme regressão no sistema educacional da atualidade pois muito se fala da inclusão em que no cotidiano em salas de aulas não acontece e cabe cobranças da sociedade para governo priorizarem a educação atribuindo ações programas recursos financeiros para tal.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out./dez. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 06 ago. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto pinheiro. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 maio, 2024.

CURY, C. R. J. Direito á educação: direito á igualdade, direito á diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/#>. Acesso em 25 maio, 2024



KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

LIMA, C. C. N; NUNES, A. R; BES, P. **Política educacional**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <https://bookshelf.vitalsource.com/books>. Acesso em: 25 maio, 2024.

LOPES, B; AMARAL, J. N; CALDAS, R. W. (Orgs). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, v. 7, 2008. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/\\$File/NT00040D52.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/$File/NT00040D52.pdf). Acesso em: 25 maio, 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E. P. U., 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar o que é? por quê? Como fazer?** .1 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MICHAELIS.UOL. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/público>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, p. 10-16. Mar./abr. 2009.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, A. L. de C. FREITAS, M. de. PRADO, T. A. do. **NEPEDIN AGORA É EPEDIN: Pegadas por uma rede colaborativa pela inclusão**. In: SILVA, S. S. de C. SACHINSK, I. (org.). EPEDIN: uma década de percursos, percalços e avanços inclusivos. Curitiba: Íthala, 2022. Cap. 2. p. 33-41.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 1987.

